

## CRÍTICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

## CRÍTICA DE LA POLÍTICA EDUCATIVA

## EDUCATIONAL POLICY CRITICAL

Elza Margarida de Mendonça Peixoto<sup>1</sup>

Apanhar múltiplas determinações da política educacional no Brasil é a tarefa – não necessariamente esgotada – que este V. 9, N. 1 de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate* se impõe, em uma Conjuntura em que a luta de classes não dá trégua, o capital avança vorazmente contra direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas e a classe trabalhadora brasileira – derrotada e dividida (IASI, 2017, p. 376) em decorrência do apassivamento do último período – principia o processo de ocupar as ruas em resistência! Nos últimos 10 meses o ilegítimo Governo Temer – com um dos menores índices de aprovação da história dos Governos no Brasil (4%), o que demonstra que ser impopular não é suficiente para derrubar um governo – segue empenhado num conjunto de reformas trabalhista, da previdência e educacional assentadas numa agenda conservadora, configurando-se uma reforma constitucional, que, nos limites de referência da democracia burguesa, não passou pelo crivo das urnas.

A crise de acumulação decorrente da queda das taxas de lucro leva – em mãos liberais – à intensificação da exploração daqueles que vivem exclusivamente da venda da força de trabalho em troca de salário, e, por meio de demissões e da intensificação do trabalho daqueles que mantêm-se empregados. Um altíssimo índice de desemprego (mais de 22 milhões de desempregados), o conjunto das reformas e uma profunda insatisfação com o governo, levam a uma sucessão crescente de atos, manifestações (08/03, 15/03, 31/03) e greves que evidenciam a retomada das lutas, por vezes, reprimidas por força de métodos de contenção de massas fartamente abusados pelos aparelhos repressivos de Estado, em especial, em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A pressão sobre a classe trabalhadora leva a que em 28/04/2017 – abertura do feriadão que culminou com as manifestações do 1 de maio – a temida unidade classista dos movimentos sociais, centrais sindicais e forças políticas de esquerda possibilite a maior e mais importante greve geral dos últimos anos, causando prejuízo significativo ao capital e pressionando mais ainda o governo! Este conjunto de manifestações, entretanto, “não encontra” – diremos – ainda, “uma expressão tal que desloque “[...] a crise política para uma crise do Estado burguês” (IASI, 2017, p. 376).

No seio deste acirramento da luta de classes, com conflitos significativos intraburgueses, surpreendentemente, o capital expõe – em um *reality show* via organizações Globo<sup>2</sup> – as entranhas dos mecanismos escusos de que se utiliza, com o apoio dos entes de Estado, para a acumulação privada.

Exatamente na semana em que preparamos este editorial, o ápice da instabilidade na economia política brasileira é deflagrado com a divulgação de denúncias (obstrução à justiça, corrupção passiva, prevaricação, corrupção ativa, formação de associação criminosa) que atingem ao Presidente Temer (PMDB), ao presidente do PSDB, Aécio Neves, aos ex-presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Eduardo Cunha (PMDB) e Renan Calheiros (PMDB), ao atual presidente do Senado Eunício Oliveira (PMDB), a José Serra (PSDB), Cid Gomes (PDT), Gilberto Kassab (PSD), Luiz Fernando Souza “Pezão” (PMDB), Rodrigo Rocha Loures (PMDB), Zezé Perrela (PSDB), Sérgio Cabral (PMDB), Orlando Silva (PCdoB), aos ex-presidentes Lula e Dilma (PT) e ao Ministro da Fazenda daqueles governos, Guido Mantega, entre outros 1829 políticos na campanha eleitoral de 2014, e 28 partidos. Estas denúncias – que ocasionaram uma gravíssima crise do sistema político, e coloca em cheque o sistema judiciário (Angelo Goular Vilella foi o procurador infiltrado pela JBS na produtoria, além da compra de dois juízes cujos nomes não foram divulgados)<sup>3</sup> – ocorrem no seio da operação *Lava a Jato*<sup>4</sup> a partir de delação premiada feita pelos donos da JBS<sup>5</sup>, Joesley<sup>6</sup> e Wesley Batista e pelo executivo da J&F Ricardo Saud<sup>7</sup>, como parte de um questionado acordo de *leniência* para alívio das penalidades referentes a crimes diversos desde evasão de divisas, corrupção ativa e formação de organização criminosa.

O impacto imediato destas delações pela mídia, foi o agravamento controlado – por segmentos da burguesia – de um quadro de incerteza que pareceu demover a confiança dos capitalistas e especuladores quanto à capacidade do governo Temer manter as reformas de interesse dos capitalistas (em especial a reforma da previdência) levando a uma fuga de capitais via compra de dólar e à queda da bolsa de valores contida pelo mecanismo *circuit break*, causando uma perda para os empresários da ordem de duzentos bilhões de dólares.

Esta crise controlada, incide diretamente sobre o agravamento da instabilidade nas condições de governabilidade de Temer, cuja base – propaga a mídia burguesa insistentemente – não está no apoio popular, mas na confiança do Mercado de que, por deter o controle do Congresso Nacional, Temer realizará as reformas de interesse do capital. Entre quinta e sábado, o efeito das denúncias na população levou a que PPN, PPS, PHS, PSB anunciassem a saída da base aliada do Governo, e DEM e PSDB pressionassem pela renúncia, mantendo-se no governo para garantir o controle dos rumos das acrobacias promovidas pelo capital para derrubar o grupo ligado a Temer e garantir que os grupos ligados ao PT e a Lula não reascendam. No dia 21/05/2017, este quadro se agrava com a aprovação, pela Assembléia do Conselho Federal da OAB, por 25 votos e um único voto contrário, do 13º pedido de *Impeachment* protocolado na Câmara Federal até 23/05/2017. Em um claro anúncio de tentativa de acomodação da crise, os trâmites destes processos são retidos por Rodrigo Maia, sob o argumento de que não será em sua gestão da Câmara que a instabilidade política e econômica será agravada.

A onda crescente de insatisfação pressiona as centrais sindicais que, associadas aos movimentos sociais agendam para 24/05/2017 a ocupação de Brasília, enquanto em 19 estados realizaram-se atos clamando pelo *Fora Temer* e *Diretas Já*. Na Esplanada dos Ministérios repete-se o massacre de manifestantes desarmados contra uma polícia tirana! E, no mesmo dia em que assistimos a polícia atirar impunemente em manifestantes desarmados em Brasília, no interior do Pará (em Pau D’Arco, Redenção)

10 trabalhadores da Liga dos Camponeses Pobres são vítima de tortura seguida de assassinato cruel. A luta de classes acirra-se e o capital amplia os números do genocídio contra trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas que enfrentam os latifundiários e grileiros pelo direito à terra enquanto meio de vida, em uma luta que não finda enquanto não findar o capitalismo.

\*

A trama exposta com a divulgação das gravações da delação evidencia os nexos entre o desenvolvimento de uma empresa capitalista custeada via empréstimos do BNDES sob influência do Ministro da Economia dos Governos Lula e Dilma (Guido Mantega), e a obtenção de vantagens econômicas em um movimento contínuo de custeio – via propina – de diversos partidos (Segundo o executivo da J&F, um “pote de boa vontade”) para obtenção da contrapartida de vantagens legislativas e financeiras. Em pleno processo de investigação e acordo de delação premiada, horas antes da divulgação do “furo jornalístico”, os irmãos Batista da JBS e outros empresários protegidos pela mídia burguesa, aproveitam-se da evidente crise política a ser deflagrada com as denúncias, e adquirem bilhões de dólares, que multiplicam-se em bilhões de reais via operações cambiais a partir de informação privilegiada<sup>8</sup>, e seguem, com autorização judicial, para os EUA em um jato fretado pela JBS.

Trata-se do instante mais favorável à explicitação do papel do Estado na preservação dos interesses capitalistas. A tese de que “o Estado é o balcão de negócios da burguesia”, entretanto, aparece ainda obscurecida por um jornalismo planejado para plantar um falso espanto e por uma crítica que mascara os nexos, ao anunciar como “corrupção do sistema”, como crise de moralidade<sup>9</sup>, aquilo que é regra na forma capitalista da condução da economia política! Ainda estamos longe de alcançar uma crise radical que evidencie o limite do Estado burguês como “balcão de negócios da burguesia”.

\*

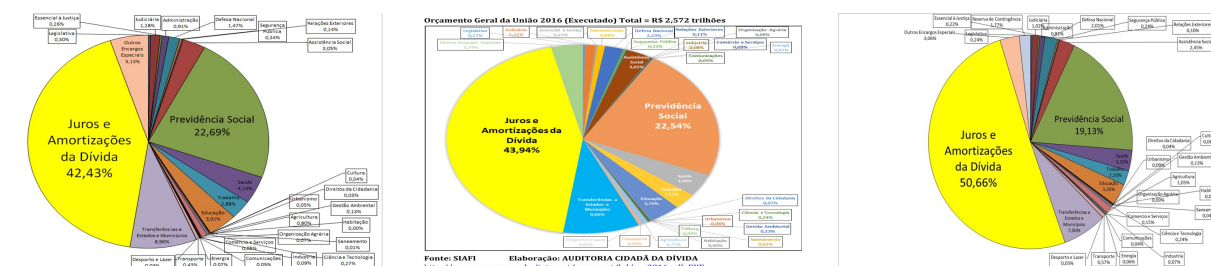
Apanhar as múltiplas determinações da política educacional no Brasil demanda uma análise da conjuntura econômico-política, que inclui uma análise do estágio de desenvolvimento da luta de classes. Entendemos que, de conjunto, os artigos deste V. 9, N. 1 de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate* cumprem esta tarefa.

No último século, o enfraquecimento internacional do grau de autonomia e poder dos trabalhadores, em parte, decorrente da polarização da produção da existência no capitalismo (com absoluto controle de forças produtivas e destrutivas), resulta no fortalecimento das condições para o domínio de uma orientação liberal em todo o mundo. No Brasil, desde FHC, passando por todo o período do *lulismo*, sob variações de orientação liberal, um processo reformista sem reformas estruturais fortalece as condições para a propagação de um projeto de nação subordinado aos interesses econômicos internacionais. Desmonta-se a política de ciência e tecnologia<sup>10</sup> de interesse público e direciona-se a reestruturação produtiva e a formação da classe trabalhadora a patamares de trabalho simples, em um processo que inclui uma reforma do Estado, dos serviços públicos, da carreira, das condições de trabalho e dos salários, em especial, dos servidores da educação.

No quadro de agravamento da crise do capital, o assalto aos cofres públicos – no centro do qual encontra-se o assalto às reservas previdenciárias – associado ao projeto de rebaixamento da formação da

classe trabalhadora, leva ao contingenciamento das verbas para a educação pública, ao desmonte da carreira, ao rebaixamento dos salários dos professores da educação básica e do ensino superior, anunciando um futuro estarecedor para a educação pública nos próximos anos.

Gráficos da *Auditoria Cidadã da Dívida*<sup>11</sup> trazem os dados acerca do orçamento Geral da União executado nos anos de 2015, 2016 e a projeção para 2017, tornando-se evidente o avanço do assalto aos cofres públicos que, reservando recursos para nutrir o capital especulativo gerido pelos bancos, retira-os dos serviços sociais. A menina dos olhos do capital especulativo são os recursos da aposentadoria, que querem a todo o custo transferir para o mercado:



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida

A opção de redução do Estado aos interesses do grande capital – na forma de políticas que privilegiam a acumulação privada por parte do empresariado internacional, em especial os bancos, e no âmbito da educação, aos grandes grupos econômicos da educação superior – agrava o quadro de escassez de verbas para a educação pública, com impactos significativos na educação básica e no ensino superior, via (a) corte dos recursos para a manutenção das funções essenciais, (b) rebaixamento das condições de trabalho, desmonte das carreiras e rebaixamento dos salários dos servidores destes setores, (c) gerenciamento dos poucos recursos disponíveis via sua re-distribuição por editalização, atribuindo aos professores a tarefa de captação destes recursos, (d) estabelecimento de exigências de produtividade docente para o concurso a estes editais, resultando na intensificação do trabalho dos professores.

Agravam-se também as estratégias para a concentração de recursos para a Pós-Graduação nas regiões Sul e Sudeste, expressas na avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Educação e na avaliação dos periódicos e livros, nos quais concentram-se a produção docente privilegiada pelas agências de fomento CAPES e CNPq. Critérios flexibilizados e obscuros definem a colocação dos programas e dos periódicos na escala da avaliação, escalonando o montante de verbas destinadas às Universidades que os sediam, privilegiando claramente as regiões Sudeste e Sul<sup>12</sup>. O grau de flexibilização e ocultação dos critérios e dos processos de avaliação torna impossível qualquer tentativa de acompanhamento no esforço da concorrência.

Nesta situação conjuntural, tomamos conhecimento da *decisão política* de fixar *Germinal: Marxismo e Educação em Debate* no extrato *Qualis*<sup>13</sup> B2 e de não permitir nossa entrada no *SciELO*<sup>14</sup>. Afirmamos tratar-se de *decisão política*, pois, no Segundo caso, *Germinal* já havia atingido aos critérios para a candidatura *SciELO* em 2014, surgindo novas condições após 03 anos de espera pelo parecer, no

instante do resultado, em 2017. Em relação ao *Qualis 2015*<sup>15</sup>, pairam dúvidas<sup>16</sup> quanto aos critérios utilizados pelo comitê de avaliadores, quando pela planilha de critérios divulgada para 2013<sup>17</sup> e para 2016<sup>18</sup> já somos B1.

Sabemos todos que o concurso aos recursos para a sustentação das revistas<sup>19</sup> demanda a subordinação ao padrão *Scielo* de seleção excludente de autores, referenciais e periódicos, definido pelos comitês de avaliação da CAPES/CNPq que constróem os Editais de apoio aos periódicos. Até onde mais vamos aceitar para atingir aos critérios estratosféricos e flexíveis a que temos sido subordinados??

*Germinal: Marxismo e Educação em Debate* resiste!!! Mas não sem o apoio dos autores, avaliadores, editores e leitores que constróem este periódico que já atinge a mais de 190 grupos de pesquisas, mais de 70 Universidades e mais de 35 Programas de Pós-Graduação, sendo 29 deles na área de Educação<sup>20</sup>. Reconhecer que lidamos com um sistema de avaliação profundamente inserido na economia política é um passo essencial para avançarmos no reconhecimento da raiz do sistema de avaliação: redução de recursos públicos, editalização, ranqueamento – dividir para governar!! Eis a política a que estamos nos submetendo.

\*

Neste quadro conjuntural, os textos que selecionamos para publicação nas seções de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, deste V. 9, N. 1, compõem os esforços para apanhar as múltiplas determinações que incidem sobre as políticas públicas no Brasil, nos limites daquilo que é visível na conjuntura.

Na Seção *Debates*, temos em comum um balanço da correlação de forças que levou às disputas intra-burguesas e ao encerramento do ciclo petista, com uma avaliação cuidadosa dos impactos da correlação de forças desfavorável à classe trabalhadora, na política educacional, resultando em um perigoso processo de privatização da educação pública, convertida em negócio e controlada para impedir a formação do pensamento crítico.

*Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil*, de Roberto Leher, Paolo Vittoria e Vânia Motta, defende a partir de um balanço da conjuntura econômico-política, que as reformas educacionais ocorrem determinadas pela “restauração do padrão de acumulação semelhante ao da ditadura empresarial-militar”, tendo como eixos de orientação uma política de ciência e tecnologia colonizada e uma formação da classe trabalhadora para o trabalho simples. Os autores sinalizam para a necessidade de atenção à “agenda do movimento de Córdoba” que surge como “uma inspiração importante para pensar um forte programa com ações que permitam fazer frente aos desafios colocados pela mercantilização do ensino superior”, cujo instante articulador será a Conferência de 2018 (LEHER, VITTORIA, MOTTA, 2017).

O texto *A agenda do mercado e a educação no governo Temer*, de Adriana Almeida Sales de Melo e Flávio Bezerra de Sousa, recupera balanços realizados no final do século XX e início do século XXI, que apontavam o “desmonte” de um projeto de nação, que, contrariando o estabelecido na constituição de 1988 ao definir a educação como “direito público subjetivo”, coloca o Estado como “coordenador das

iniciativas privadas em geral” e a educação subordinada aos interesses de mercado. Tomando como marco o Impeachment do Governo Dilma, os autores trazem um balanço da agenda regressiva de direitos que avançou desde então, com o dismantelamento dos programas e instâncias democráticas de discussão da educação e fortalecimento de grupos de interesse privados. A política em vigor, orientada pelo programa *Ponte para o Futuro*, oculta as orientações da *Proposta da Indústria para as eleições de 2014* (CNI), e a tomada do poder pelo PMDB configura uma hegemonia burguesa centralista e conservadora, que desestrutura a educação como direito. É neste horizonte que põe a educação como negócio, que ocorre o congelamento dos gastos públicos com serviços sociais (especialmente a educação) por 20 anos! À luz desta análise, discutem a desvinculação das verbas para a educação, a Reforma do Ensino Médio, e as orientações para a educação básica e o ensino superior focadas na preparação para o trabalho simples, conforme determinações da OCDE, e na conformação social às orientações liberais, intenção exposta no “escola sem Partido”, sabemos nós: uma escola com partido único (MELO, SOUSA, 2017).

*Notas sobre o desenvolvimento e a educação superior no Brasil em contextos de imperialismo*, de Anita Helena Schlesener e Maria de Fatima Rodrigues Pereira, traz uma análise polêmica das contradições do lulismo. Partem do destacar a diferença na demarcação do século XX (breve?, longo?), a partir das análises de Hobsbawm e Arrighi. Escolhendo a segunda alternativa, retomam o conceito clássico de imperialismo, os movimentos de reconfiguração do conceito a partir das conjunturas, para caracterizar os marcos do imperialismo estadunidense e o desenvolvimento da China enquanto seu antagônico. Acentua-se as estratégias diferenciadas adotadas pelos EUA (“utilizar o poderio militar para impor o controle sobre áreas muito ricas em petróleo, dividir para governar insuflando lutas nacionalistas e étnicas em nome de uma democracia abstrata”) e pela China (“abrir frentes comerciais, ampliar o desenvolvimento econômico buscando parcerias para construir bases infraestruturais” visando o “fortalecimento da China e sua promoção como “alternativa à liderança” estadunidense na Ásia Oriental e em outras regiões”), para advogar que o governo do Partido dos Trabalhadores “tomou claramente uma posição de aliança com a China, a Rússia e demais países emergentes”, sinalizando o enfrentamento da hegemonia estadunidense, e expondo estes governos ao “conflito” com o imperialismo. Deixam em aberto a explicitação dos nexos deste conflito com os rumos da conjuntura no Brasil. Retomam o surgimento do PT como canalizador das “demandas civilizatórias” dos movimentos sociais, destacando a perspectiva desenvolvimentista do lulismo que “procurou equilibrar-se na forte correlação de forças entre os interesses do capital em geral e as reivindicações dos movimentos sociais”, decorrendo desta tensão uma política educacional que levou à “expansão das empresas privadas voltadas para a educação”, passando esta a ser entendida “como um serviço muito lucrativo no mercado”; uma política “ambígua”, “contraditória”, na qual implementa-se “a expansão do ensino público”, voltado para a “formação para o trabalho” e cria “as condições de ampliação do mercado para o ensino privado”. Deste processo, a “tentativa de cumprir compromissos com agentes financeiros internacionais”, contemplando “demandas populares”, resulta em inserção “dos trabalhadores no mercado de trabalho”, favorecimento do conservadorismo, da acumulação privada, colocando as “classes populares” à mercê das saídas místicas e salvacionistas, e a perspectiva crítica à mercê do projeto de “escola sem partido” (SCHLESSNER, PEREIRA, 2017).

*A educação em tempos de golpe, ou como avançar andando para trás*, de Paulino José Orso manifesta-se em crítica à política educacional deste primeiro ano do governo Temer, denunciando as manobras que fundamentaram a produção da Reforma do Ensino Médio, entre estas, a imputação do fracasso da escola aos professores, com a consequente retirada das decisões sobre os rumos da educação de nossas mãos. A Reforma é decretada por Medida provisória sem qualquer diálogo com os professores e especialistas em educação. Traz uma importante recuperação das raízes dos partidos que compõem o governo Temer, configurando-o como um governo que não tem no povo uma referência, com uma composição marcada pela recusa histórica ao direito à educação para a classe trabalhadora. Recupera o que considera conquistas educacionais durante o lulismo evidenciando o que o governo Temer desmonta em as reformas educacionais dirigidas aos interesses de acumulação privada (ORSO, 2017).

A Seção *Debate* porta ainda a disputa de projetos em torno da formação de professores de Educação Física, que, aliás, expressa-se de forma significativa neste número. Esperando que o tempo que levamos para conseguir publicar o artigo não esfrie o debate, trazemos *Diretrizes curriculares, formação unificada e campos políticos na educação física brasileira: em defesa do marxismo*, de Hajime Takeuchi Nozaki, que porta uma resposta ao texto *A formação sitiada: diretrizes curriculares de educação física e disputa*, este último, de autoria de Lino Castellani Filho. Hagime abre o debate posicionando-se contra a apropriação do materialismo histórico e dialético pelos setores que nomina de “progressistas/reformistas” em contraponto ao que chama de “setores revolucionários”. Sua análise o leva a afirmar que a posição em que assenta-se Castellani Filho desvincula-se, ao contrário do que advoga, da concepção materialista e dialética. Levando em conta o conhecimento acumulado acerca da educação omnilateral e politécnica, Nozaki defende “a licenciatura ampliada em educação física enquanto uma formação agregadora dos princípios da formação generalista e integral, com vistas a uma perspectiva revolucionária”, detalhando os supostos marxianos e marxistas nos quais assenta sua posição, argumenta que tendo a educação física como cerne o trabalho pedagógico, a formação equivalente é a licenciatura. Expõe os nexos das proposições em torno do bacharelado com a adequação dos trabalhadores ao mundo do capital em contraposição com um projeto de formação “de um novo tipo de homem, preparado para intervir nas contraditões do mundo do trabalho” interagindo para a “superação do sistema capitalista” posta no projeto de licenciatura ampliada (NOZAKI, 2017). O resultado é um documento fundamental para o entendimento do debate divisão da formação x licenciatura ampliada, que, por tabela, expõe a apropriação do marxismo pelos que defendem a segunda perspectiva.

A Seção *Artigos* traz 17 manuscritos, que, retratando a situação nacional nos nexos com as relações internacionais e sua especificidade em diferentes estados, avaliam criticamente (1) a direção das reformas educacionais determinada pelos organismos internacionais rumo a uma mundialização da educação que – condicionando empréstimos e doações para o setor educacional – visa uniformizar a integração global (*Responsabilidade social na educação: Brasil e Portugal no século XXI*, de Camila Azevedo Souza); (2) uma política de ensino superior entregue à iniciativa privada, que exclui a pesquisa e a extensão e na qual saltam aos olhos o rebaixamento dos salários e as degradadas condições de trabalho docente, intensificado e assediado, com evidentes impactos para a qualidade do ensino (*Instituições privadas de ensino*

*superior no Rio Grande do Sul: organização flexível e situações atuais do trabalho docente*, de Ricardo Gonçalves Severo e Carolina Fleck); (3) uma política de educação básica que, sob o controle e a hegemonia dos aparelhos privados da classe empresarial, nega os conteúdos científicos, artísticos e filosóficos enfatizando a adaptação ao *status quo* na forma da construção de competências adequadas aos interesses do grande capital (*A base nacional comum curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil*, de Ana Carolina Galvão Marsiglia, Leonardo Docena Pina, Vinícius de Oliveira Machado, Marcelo Lima); (4) uma política de educação básica na qual o ensino médio está estruturado de forma dualista, tendo um ramo direcionado à formação das elites e outro à formação da classe trabalhadora, espelhando a estratificação social excludente do capitalismo, com índices de evasão escolar em alarmantes 24,3% e que em 2010 indicava que apenas 41% dos jovens concluíam a educação básica no Brasil, com elevadas taxas de analfabetismo funcional – 35% dos concluintes do ensino médio encontram-se plenamente alfabetizados (*O ensino médio brasileiro e o contexto da educação estadual paulista*, de Raquel Sanzovo Pires de Campos); (5) nesta conjuntura de exclusão e degradação da educação, os trabalhadores da educação lutam contra o desmonte dos direitos trabalhistas, enfrentando o potente aparato repressivo de Estado, pela democracia e pela qualidade na educação pública (*A democratização da educação pública em tempos de ajuste fiscal*, Maria José Ferreira Ruiz, Ana Lucia Ferreira da Silva e Marci Batistão); (6) numa conjuntura de alienação da família e de forte pressão do Estado, uma luta que se faz numa conjuntura desigual de disputa por hegemonia, numa luta continuada dos membros da classe trabalhadora, em especial, dos professores, pela superação do individualismo burguês, do desânimo, do ressentimento, em busca pela empatia e tomada de partido pelos miseráveis, pela recuperação da capacidade dos homens moverem a história, pela apreensão e propagação crítica dos interesses subjacentes ao capital contrários aos interesses dos trabalhadores (*A educação política como condição de luta*, de Lizia Helena Nagel); (7) uma luta que – especialmente marcada pela lei da mordida que paira sobre o trabalho dos professores – também se dá pela autonomia e pela democracia na organização do trabalho pedagógico, que ultrapasse – pela via do maior envolvimento dos estudantes no trabalho pedagógico – os limites do trabalho alienado – de professores e alunos – e possibilite, como horizonte, o projeto histórico de superação do capitalismo (*Autonomia e democracia na organização do trabalho pedagógico na escola pública*, Robinson Barros Mendonça, Giovanni Felipe Ernst Frizzo); (8) este processo inclui considerar a experiência dos trabalhadores do campo em luta contínua pela superação da separação dos trabalhadores dos meios de produção da vida, pelo fim da subsunção do trabalho ao capital, produzindo-se ali uma explícita disputa de projetos de organização social, uma explícita luta de classes que se expressa em um projeto educativo construído no seio do campesinato em luta (*As lutas pela terra e os movimentos sociais populares do campo: produções e disputas por um projeto educativo do campesinato*, Franciele Soares dos Santos, Cecília Maria Ghedini); (9) isto inclui também o desafio de superar as dicotomias que cindem teoria e prática na formação de professores (*Formação de professores: superando o dilema teoria versus prática*, de Bruna Carvalho e Lígia Márcia Martins); (10) onde orge a crítica do modo de produção da vida organizado pelo capital (*Autogestão orgânica socioprodutiva: práxis para ir além da alienação*, de Édi Augusto Benini, Liliam Deisy Ghizoni e Erika Porceli Alaniz).



Um fecundo movimento que tenta incorporar estas orientações se passa na educação física e se expressa em um dossiê à parte, que, desde a seção debate, alerta aos desavisados: a educação física vem se repensando em perspectiva materialista e dialética, com uma crítica radical dos supostos que a vêm sustentando. É assim que este número de *Germinal* centrado na crítica da política educacional, traz: (11) *A ideologia da escola nova e a educação física no Brasil: crítica à “educação sob medida” de Inezil Penna Marinho*, de Ricardo Adriano de Andrade; (12) *Contradições, mediações e possibilidades avaliativas nas aulas de educação física na escola nova sociedade*, de Vicente Cabrera Calheiros; (13) *Elementos para uma educação física crítica, de fato!*, Thiago Barreto Maciel; (14) *Esporte, cultura corporal e hegemonia*, de Gabriel Pereira Paes Neto, Renan Santos Furtado e Ney Cristina Monteiro de Oliveira; (15) *Notas sobre a relação entre corpo, trabalho e formação humana a partir da ontologia do ser social*, Hugo Leonardo Fonseca da Silva; (16) *Atividade e desenvolvimento humano*, contribuições para a pesquisa em educação escolar.

Por fim, Lana Cristina Barbosa, Bruna Ramos Marinho, Clarice Gonçalves Rodrigues Alves e Virginia Marme da Silva completam o quadro da crítica da política educacional, discutindo (17) *A exclusão do deficiente intelectual no mundo do trabalho*.

Numa conjuntura de eboição, nada mais adequado que trazer como *Clássico* o texto de Lenin: *A revolução educa*. Analisando a correlação de forças às vésperas da Revolução Russa, e as divergências de opinião entre as forças políticas (o texto é de 1905), Lenin nos recorda que em períodos revolucionários, a “antiga “superestrutura” abre fendas, enquanto a nova é edificada às vistas de todos pelas mais diversas forças sociais, cuja verdadeira natureza é revelada na ação”. Recorda-nos que “as massas aprendem sobretudo pela sua própria experiência e pagam cada lição com sacrifícios terríveis”, mas ganhamos para a revolução esta massa que perde as ilusões nas reformas, ainda que não reconheçam a possibilidade da revolução.

A Seção *Entrevista* deste número desafiou todo o comitê editorial de *Germinal*. A dinâmica conjuntural demandava um nome que estivesse acompanhando longitudinalmente as reformas e em uma posição de enfrentamento e luta ante o difícil quadro de resistência em que nos colocamos neste momento. Após diversas indicações elegemos Olgaíses Cabal Maués, Professora da Universidade Federal do Pará e 3ª Vice-Presidente do *Sindicato Nacional dos Docentes da Educação Superior – ANDES-SN*, Coordenadora do *Grupo de Trabalho Política Educacional – GTPE* daquela entidade, e responsável pela organização do *Encontro Nacional da Educação (I e II ENE)*, compondo a *Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita*. O roteiro deste número esteve sob os cuidados de: Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Maria de Fátima Felix Rosar, Paulino Orso, e Elza Margarida de Mendonça Peixoto.

A Seção *Resenha* deste número traz o livro de Neide Favaro, *Pedagogia histórico-crítica e sua estratégia política: fundamentos e limites*, de Paulo Tumolo.

Entre as Teses e Dissertação, divulgamos: *A escola do trabalho: formação humana em Marx*, de Caio Sgarb Antunes; *Filantropia empresarial e educação brasileira no contexto da crise estrutural do capital: a Fundação Bradesco no centro do debate* de Stephanie Barros Araújo; *O conceito de cidadania no ensino de sociologia no estado de São Paulo*, de Ricardo Pereira da Silva; *Políticas para o trabalho dos pedagogos na rede estadual de ensino do Paraná (2004-2015) intensificação, burocracia e possibilidades de superação* de Cristhyane Ramos Haddad; *Trabalho e carreira*

*docente nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia*, de Elen de Fátima Lago Barros Costa; e “*Responsabilidade social*” e *educação escolar: o projeto de Educação Básica da “direita para o social” e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo*”, de Leonardo Docena Pina.

A crítica da política educacional que este riquíssimo número porta, remete-nos a todos ao chamado da esquerda socialista de uma aliança que pactue uma alternativa para o Brasil e para a América Latina, assentada na mais ampla unidade dos trabalhadores contra as reformas que visam atender aos interesses da acumulação privada, construindo um programa que expresse os interesses dos trabalhadores, sem alimentar ilusões com relação à democracia burguesa. Eis o profundo sentido de assumir o marxismo fundado por Marx e Engels como referencial teórico que não se isenta da tomada de partido na luta de classes.

### Notas:

<sup>1</sup> Editora da Revista *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA. É membro do Grupo HISTEDBR e líder do Grupo Marxismo e Políticas de Trabalho e Educação.

<sup>2</sup> Para que não esqueçamos quem é a Globo, tomemos síntese de Pedrinho Guareschi: “Tomo a Globo como padrão. Para mim, ela é a variável principal desse momento. Pela sua origem e sua história, a Globo sempre foi a porta-voz principal da Casa Grande e ela mesma se constitui como Casa Grande, é seu DNA. Basta ver o poder econômico dos Marinho. Nos últimos 50 anos ela sempre comandou o espetáculo. Foi assim na sustentação da ditadura; na tentativa de impedir, ou diluir as “diretas já” em 1984 (o espetáculo vergonhoso da falsificação do comício das ‘Diretas Já’ em S.Paulo); foi assim na eleição de Collor, com a reedição distorcida do debate entre ele e Lula; e igualmente na deposição de Collor. Brizolla foi uma zebra que ela nunca engoliu. Lembre-se a trágica falcatura para derrubá-lo na apuração das eleições. E todas as vezes que a Globo não conseguia (como o segundo turno da eleição de Dilma), juntou-se em seguida aos futuros golpistas, colocando-se como o ator principal tanto nas convocações como no acompanhamento e implementação das passeatas e protestos, com um canal específico para isso: a Globo News, o canal do golpe.

Pergunto: Será diferente agora, nesse surpreendente episódio da delação de Temer e Aécio pelo executivo da JBS? Teria ela mudado sua prática consolidada por 50 anos? O inesquecível sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, dizia com extraordinária perspicácia e clareza: “Só acredito em democracia no Brasil quando o Presidente das Organizações Globo for eleito por eleição direta!” E dizia ainda mais: “O termômetro que mede a democracia numa sociedade, é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação”. E concluía dizendo que não há democracia em nossa sociedade; vivemos um fascismo, pois são apenas 8 a 10 famílias que podem falar. E dentre essas famílias, a Globo detém quase 70% do poder. E as demais não conseguem se afastar dessa dependência a Casa Grande.

Chegamos à questão central: quem deu esse PODER à Globo? Os meios de comunicação eletrônicos, que detêm uma concessão, não foram eleitos pelo povo. E todo o poder vem do povo como diz o primeiro artigo de nossa Constituição. Mas o que acontece – e aqui o escândalo maior e criminoso – é que esses “donos” estão usurpando um poder que não é deles. É preciso gritar, gritar com toda força e coragem, que a essa usurpação é ilegal e ilegítima. Pela Constituição, os meios eletrônicos – rádio e TV – são concessões temporárias para fazer com que as pessoas possam se informar e formar sua opinião. Mas na prática se comportam como se fossem verdadeiros donos. Só eles falam. A maior censura é a do povo feita pelos monopólios da mídia. É a ditadura midiática. Repetindo Betinho: não temos uma democracia: vivemos um claro fascismo.” (GUARECHI, P. *Momento Crítico*. Análise que circulou pela conta “Professores Universitários” do MST).

<sup>3</sup> O jornalista William Vaartz reúne 03 especialistas em ciência política e em direito público para debater a saída que possibilite garantir as reformas. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/globonews/v/5884436/> Data: 21/05/2017. 23h30.

<sup>4</sup> A *Operação Lava Jato* é um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. Tem especial interesse nas operações desenvolvidas durante os Governos Lula e Dilma.

<sup>5</sup> “Com mais de seis décadas de história, a JBS é uma das líderes globais da indústria de alimentos e conta com mais de 230 mil colaboradores no mundo. A companhia, presente em mais de 20 países, com plataformas de produção ou escritórios comerciais, possui um diversificado portfólio de produtos, com dezenas de marcas reconhecidas em todo o mundo. A companhia também atua em setores relacionados com o seu core business como couros, biodiesel, colágeno, sabonetes, glicerina e envoltórios para embutidos, bem como possui negócios de gestão de resíduos, embalagens metálicas e transportes, que apoiam a sua operação. O diversificado portfólio da companhia conta com marcas como Seara, Swift, Friboi, Dorian, Moy Park, Cabana LasLilas, Pilgrim’s, Primo, Gold KistFarms, Pierce e 1855, entre outras. Essa variedade de produtos e a presença em mais de 20 países atendem mais de 300 mil clientes em mais de 150 países. A JBS abriu seu capital em 2007 e suas ações são negociadas na BM&FBovespa no mais elevado nível de governança corporativa do mercado de capitais do Brasil, o Novo Mercado. Em 2015, a companhia registrou receita líquida de R\$ 162,9 bilhões, um aumento de 35,2% em relação ao ano anterior.” (Fonte: JBS. Disponível em: <http://jbs.com.br> Acesso em: 19.05.2017).

- <sup>6</sup> Joesley Mendonça Batista, proprietário da JBS faz balanço da “ajuda aos políticos em troca de contrapartida”. Disponível em <http://g1.globo.com/globo-news/> Acesso em: 20/05/2017 06h36.
- <sup>7</sup> Nos depoimentos à Procuradoria Geral da República (PGR) Ricardo Saud explicita o processo de tomada/apropriação de fábrica da BR Food (Abílio Diniz) em Pirai no Estado do Rio de Janeiro, em 2012, com o apoio de Sérgio Cabral em troca de Propina para apoio à campanha de Luiz Fernando Souza “Pezão” (PMDB). Depoimento de Ricardo Saud a PGR – CODEC 19 – SEJUD - Depoimento 15 - 5/maio/2017 Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/videos/v/depoimento-de-ricardo-saud-depoimento-15-5maio2017/5880664/> Acesso em: 20/05/2017. 05h19. Depoimento de Ricardo Saud - RS-05May17-16.56-Dep11 Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/videos/t/delacao-da-jbs/v/depoimento-de-ricardo-saud-rs-05may17-16-56-dep11/5880726/> Acesso em: 20/05/2017. 05h19.
- <sup>8</sup> O conjunto das denúncias circulam entre os Jornais *Globo*, em especial, como furo jornalístico de Lauro Jardim de *O Globo* e em uma longa cobertura da *Globo News* entre os dias 17 e 21/05/2017.
- <sup>9</sup> O programa *Fantástico*, das organizações *Globo*, se dá ao pedagógico trabalho de levantar o vocabulário indicador das “virtudes” que deseja denunciar ausente nos políticos “corruptos”, em um claro mascaramento daquilo que é constitutivo do capitalismo como produção da vida.
- <sup>10</sup> Ainda durante o Governo da presidente Dilma Rousseff, publica-se em 11/01/2016 o novo Marco Legal de Ciência e Tecnologia (Lei 13.243, de 11 de Janeiro de 2016), profusamente comemorada pelo mercado (Ver ESTADÃO. *Marco Legal de Ciência e Tecnologia: o que muda na vida dos pesquisadores*. Disponível em: <http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/marco-legal-de-ciencia-e-tecnologia-o-que-muda-na-vida-dos-pesquisadores/> Acesso em 28/04/2016 e 30/05/2017) e criticado pelo ANDES-SN (*Os impactos privatistas do marco legal de Ciência, tecnologia e Inovação*. Ver: Disponível em: <http://www.andes.org.br/impressao/documentos/imp-doc-2073464593.pdf> Acesso em: 30/05/2017 08h27.
- <sup>11</sup> Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br> Acesso em 20/05/2017
- <sup>12</sup> A farta documentação reunida registrando a Reunião Anual do FORPRED em Fortaleza evidencia as condições da avaliação. Disponível em <http://www.anped.org.br/news/seminario-em-fortaleza-ce-proporciona-intenso-debate-sobre-o-sistema-de-avaliacao-dos-ppges> Acesso em: 30/05/2017 08h51 ver especialmente podcast com Mara Martisn Jacomeli. Disponível em: <http://www.anped.org.br/podcast/mara-regina-unicamp-podcast-seminario-fortalezace> Acesso em: 30/05/2017 08h27. Ver também a FORPRED. *Carta de Fortaleza*, na qual encontramos: “é primordial termos acesso aos critérios e indicadores no início e durante o processo de avaliação do quadriênio [...] e que esses critérios e indicadores sejam discutidos com a área de educação e claramente explicitados no document de área, de forma transparente”. In: *Carta de Fortaleza*. Disponível em: [https://ufbamail.ufba.br/service/home/~/?auth=co&loc=pt\\_BR&cid=58993&part=2](https://ufbamail.ufba.br/service/home/~/?auth=co&loc=pt_BR&cid=58993&part=2) Acesso em: 30/05/2017 08h27.
- <sup>13</sup> Para conhecimento do sistema Qualis, recomendamos BARATA, Rita de Cássia Barradas. *Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis*. RBPG v. 13, n. 30, p. 013 - 040, jan./abr. 2016. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/Artigo\\_dez\\_coisas\\_sobre\\_o\\_qualis.pdf](http://www.capes.gov.br/images/Artigo_dez_coisas_sobre_o_qualis.pdf) Acesso em: 04/2017. Para conhecimento dos critérios vigentes em 2013 e em 2016, recomendamos: CAPES. *Documento de área 2013 – Educação*. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Educacao\\_doc\\_area\\_e\\_comissao\\_21out.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Educacao_doc_area_e_comissao_21out.pdf) Acesso em: 31 de Janeiro de 2016. 06h44. MEC. CAPES. DIRETORIA DE AVALIAÇÃO. *Considerações sobre Qualis Periódicos - Educação*. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/documentos/Qualis\\_periodicos\\_2016/Qualis\\_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/Qualis_periodicos_2016/Qualis_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf) Acesso em: 30 de maio de 2017. 07h59
- <sup>14</sup> **Iniciamos os trabalhos para o atendimento dos Critérios Scielo vigente em 2014 no dia 12/03/2014. Encaminhamos o pedido por email em 20/04/2015. Após idas e vindas no atendimento às exigências para a avaliação, recebemos em 24/06/2017 a seguinte mensagem:**
- “De:** "Avaliação SciELO" <scielo.avaliacao@scielo.org>  
**Para:** "Elza Peixoto" <elza.peixoto@yahoo.com.br>  
**Cc:** "Márcia Morschbacher" <mm.edufisica@yahoo.com.br>, "elza peixoto" <elza.peixoto@ufba.br>  
**Enviadas:** Terça-feira, 24 de junho de 2014 8:58:35  
**Assunto:** Avaliação de Periódicos da Coleção SciELO Brasil – Inclusão no processo – Germinal (Salvador)  
 Prezada editora **Elza Peixoto**,  
 Informamos que o periódico **Germinal (Salvador)** será considerado no processo de avaliação para possível inclusão na Coleção SciELO Brasil  
 O processo de avaliação é contínuo e os resultados serão encaminhados ao editor, tão logo sejam validados pelo Comitê Consultivo SciELO Brasil.  
 Comunicamos que, durante o processo de seleção de periódicos, a pontualidade na publicação será analisada. Aguardamos, portanto, a comunicação da publicação dos próximos fascículos.  
 Para informações adicionais, entre em contato pelo e-mail <[scielo.avaliacao@scielo.org](mailto:scielo.avaliacao@scielo.org)> ou pelo telefone <(11) 5083-3639 – ramal 116>, com Fabiana Montanari ou Denise Peres.  
 Aguardamos sua resposta e agradecemos antecipadamente sua colaboração.  
 Por gentileza, acusar o recebimento deste e-mail.  
 Atenciosamente,  
 Jussara Franco SciELO - Scientific Electronic Library Online FAPESP - CNPq - FapUNIFESP – BIREME”
- Mantivemos o comunicado de todas as 06 edições publicadas no período da avaliação e, após 3 anos de espera e um ano de insistentes cobranças, em 25 de maio de 2017, obtivemos resposta com a recusa, sem a indicação precisa dos critérios que *Germinal* não atinge.**
- “De:** SciELO Avaliação <scielo.avaliacao@scielo.org>  
**Para:** elza.peixoto@ufba.br; elza.peixoto@yahoo.com.br  
**Cc:** "ava >> Indexação SciELO" <scielo.avaliacao@scielo.org>  
**Enviadas:** Quinta-feira, 25 de Maio de 2017 14:37  
**Assunto:** Resultado do Processo de Seleção de Periódicos por Área Temática da Coleção SciELO Brasil – Educação – Germinal (Salvador)  
 Prezada editora **Elza Margarida de Mendonça Peixoto**,

Informamos que, em 18 de maio de 2017, o Comitê Consultivo SciELO Brasil, finalizou o processo de avaliação dos periódicos da área de Educação, que teve como objetivo identificar o núcleo de títulos de referência para orientar o processo de indexação na Coleção SciELO Brasil. A avaliação foi realizada a partir da aplicação dos [Critérios SciELO Brasil](#), incluindo a análise do conteúdo científico, das citações recebidas e desempenho no Google Metrics, das características de apresentação, estrutura e normalização, número de DOI, indexação no DOAJ, bem como dos aspectos relacionados à distribuição institucional e geográfica dos membros do corpo editorial, dos revisores *ad hoc* e dos autores dos artigos.

Abaixo segue o resumo do processo da Avaliação da Área de Educação.

A avaliação dos periódicos da área de Educação para indexação na coleção SciELO Brasil foi iniciada no segundo semestre de 2013 e, na XLVIII Reunião do Comitê Consultivo do SciELO, foram encaminhados à apreciação dos membros do comitê os resultados da pré-avaliação da área, que incluiu **17 periódicos**, submetidos pelos editores e/ou que foram selecionados devido à classificação pelo Programa QUALIS da CAPES, na área de Ciências Humanas: Educação.

A pré-avaliação, considerada como segunda etapa do processo após a identificação dos periódicos, analisou a obediência aos seguintes itens:

- a) Presença da data de recebimento e de aprovação em todos os artigos;
- b) Periodicidade;
- c) Pontualidade;
- d) Acesso aberto;
- e) Documentação completa;
- f) Afiliação completa dos autores; e
- g) Citações recebidas dos periódicos SciELO.

Na terceira etapa do processo, foram considerados os aspectos formais e a qualidade do conteúdo científico, possibilitando a identificação do núcleo de periódicos com melhor desempenho. Um título foi eliminado nesta etapa do processo:

1. Revista Contexto

Os 16 periódicos restantes foram avaliados pelos membros do Comitê Temático e a avaliação abrangeu o cumprimento dos padrões de publicação de periódicos, a relevância, o mérito científico e os indicadores bibliométricos.

1. Acta Scientiae (Canoas)
2. Acta Scientiarum. Education
3. Aleph (Niterói)
4. Conhecimento & Diversidade
5. Contrapontos
6. Eccos Revista Científica
7. Germinal (Salvador)
8. Informática na Educação
9. Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática
10. Laplage em Revista
11. Revista Brasileira de História da Educação
12. Revista de Ensino de Ciências e Matemática
13. Revista Educação, Cultura e Sociedade
14. Revista Eletrônica de Educação (São Carlos)
15. Revista Faebea
16. Revista EducaOnline

Como resultado deste processo, o Comitê Temático ranqueou e recomendou **5 periódicos** para a avaliação do Comitê Consultivo SciELO. São eles:

1. Acta Scientiae (Canoas)
2. Acta Scientiarum. Education
3. Revista Brasileira de História da Educação
4. Revista Eletrônica de Educação (São Carlos)
5. Revista Faebea

Estes cinco periódicos foram analisados pelo Comitê Consultivo SciELO Brasil na sua XLVIII Reunião, que aprovou o ingresso da **Revista Brasileira de História da Educação**, condicionado ao compromisso de cumprimento dos critérios ainda em 2017. Os periódicos **Acta Scientiae (Canoas)**, **Acta Scientiarum. Education**, **Revista Eletrônica de Educação** e **Revista Faebea** serão analisados novamente sob condição de cumprimento dos critérios.

Informamos ainda que, os editores dos periódicos que ficaram fora do ranking dos 5 títulos poderão fazer nova submissão a partir de janeiro de 2018, condicionados ao cumprimento dos [Critérios SciELO Brasil](#).

Por gentileza, acusar o recebimento desta mensagem.

Atenciosamente,

**Denise Peres**

Unidade de Indexação  
SciELO - Scientific Electronic Library Online  
FAPESP - CNPq - BIREME - FAP UNIFESP"

<sup>15</sup> Qualis 2015. Disponível em

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Acesso em: 30/05/2017 09h18

<sup>16</sup> As dúvidas sobre o processo de avaliação de periódicos vêm sendo documentadas nas memórias das reuniões do FEPAE, e do FEPAE Norte e Nordeste (para este último, ver: MEMÓRIA DO VIII ENCONTRO DE EDITORES DE PERIÓDICOS DE EDUCAÇÃO DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE Teresina/Piauí, 28 e 29 de abril de 2016 Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/memoria\\_do\\_viii\\_encontro\\_de\\_editores\\_de\\_periodicos\\_de\\_educacao\\_das\\_regioes\\_norte\\_e\\_nordeste\\_revisada\\_3\\_5.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/memoria_do_viii_encontro_de_editores_de_periodicos_de_educacao_das_regioes_norte_e_nordeste_revisada_3_5.pdf). Acesso em: 30 de maio de 2017. 07h59; MEMÓRIA DO IX ENCONTRO DE EDITORES DE PERIÓDICOS DE EDUCAÇÃO DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE Fortaleza/Ceará, 03 e 04 de abril de 2017).

<sup>17</sup> Ver CAPES. *Documento de área 2013 – Educação*. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Educacao\\_doc\\_area\\_e\\_comissao\\_21out.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Educacao_doc_area_e_comissao_21out.pdf) Acesso em: 31 de Janeiro de 2016. 06h44

<sup>18</sup> Ver MEC. CAPES. DIRETORIA DE AVALIAÇÃO. *Considerações sobre Qualis Periódicos - Educação*. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/documentos/Qualis\\_periodicos\\_2016/Qualis\\_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/Qualis_periodicos_2016/Qualis_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf) Acesso em: 30 de maio de 2017. 07h59

<sup>19</sup> “A análise comparativa das Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES No 44/2013; Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES No 25/2014; Chamada MCTI/CNPq No 24/2015; Chamada MCTIC/CNPq No 25/2016 evidencia certa regularidade nos objetivos e critérios de elegibilidade. O *objetivo* destes editais é “incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento”, prioritariamente “o apoio às revistas divulgadas por meio eletrônico, na Internet, em modo de acesso aberto, ou de forma impressa/eletrônica simultaneamente”. Quando aos *Crítérios de elegibilidade*, podem concorrer periódicos *Qualis* B2 acima, desde que atendam à s seguintes condições: a) ser mantido e editado por instituição, associação ou sociedade científica brasileira sem fins lucrativos; b) apresentar periodicidade de pelo menos 2 (dois) fascículos por ano. c) circular de forma regular nos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à data da solicitação (2012/2013); d) estar, **obrigatoriamente, indexado nas bases de dados ISI (Thomson Co.), Scopus (da Elsevier), PubMed (US National Library of Medicine) ou Scielo**; e estar classificado no mínimo com B2 no *Qualis* da área ou subárea de conhecimento para o qual esteja se candidatando; e) possuir abrangência nacional e internacional quanto à procedência institucional dos autores e do Corpo Editorial; f) adotar política editorial estrita de revisão por pares; g) ter mais de 80% de artigos científicos e/ou técnico-científicos **gerados a partir de pesquisas originais**, não divulgadas em outras revistas; Observação: o periódico deve atender às características acima **até a data limite de submissão** das propostas.

Há uma mudança importante com relação aos indexadores exigidos: nos editais de 2013 e 2014 exigia-se um único dos indexadores delimitados. Nos Editais de 2015 e 2016 passam a ser exigidos dois dos indexadores referidos. Importante considerar: (a) que não há aviso prévio público com relação às alterações referidas no intervalo de 4 anos e que (b) o prazo de acomodação dos periódicos que estão atentos a estes editais é de apenas 30 dias! Ainda que consideremos que a exigência de 2014 era a indexação em uma das bases, o SCIELO está levando, no caso da Germinal, 3 anos para a tomada de decisão sobre a indexação àquela base de dados. Os editores preparam-se para o cumprimento de regras que são modificadas no processo em condições que não são fácil e rapidamente solucionadas nos prazos dos editais. Se considerarmos apenas as exigências para a obtenção de um *Qualis* B2, estamos diante de um significativo montante de trabalho que é ignorado pelas Instituições a que estamos vinculados e pela comunidade acadêmica como um todo!!” (PEIXOTO, E. GERMINAL: MARXISMO E EDUCAÇÃO EM DEBATE – HISTÓRICO, BALANÇO, DEMANDAS E PERSPECTIVAS. Mimeo. No Prelo).

<sup>20</sup> Em um rápido levantamento, encontramos os seguintes programas:

Pós Graduação Educação - UNICAMP  
 Pós Graduação em Educação - UEPG  
 Pós Graduação em Educação - UERJ  
 Pós Graduação em Educação - UFPA  
 Pós Graduação em Educação - Unesp-Marília)  
 Pós Graduação em Educação - UNIVÁS  
 Pós Graduação em Educação – UNESP  
 Pós Graduação em Educação, cultura e comunicação em Periferias Urbanas – FEBF - UERJ  
 Pós Graduação em História - UFG  
 Pós-Graduação em Medicina Preventiva – USP  
 Pós-Graduação do Centro Ciências e da educação - UFSC  
 Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF  
 Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - UNEB  
 Pós-Graduação em Educação (campus de Cascavel) – UNIOESTE  
 Pós-Graduação em Educação - UTP  
 Pós-Graduação em Educação - UEPG  
 Pós-Graduação em Educação - UFBA  
 Pós-graduação em Educação - UFF  
 Pós-graduação em Educação - UFSC  
 Pós-graduação em Educação - UFSCar  
 Pós-Graduação em Educação - Unesp  
 Pós-Graduação em Educação - UNIOESTE  
 Pós-Graduação em Educação - UNIUBE  
 Pós-Graduação em Educação - UNIVAS  
 Pós-graduação em Educação – UEPG  
 Pós-graduação em Educação – UFPA  
 Pós-Graduação em Educação – UTP  
 Pós-Graduação em Educação da - UECE  
 Pós-Graduação em Educação do campo – UFRB  
 Pós-Graduação em Ensino de Ciências - UFMS  
 Pós-graduação em História Comparada - UFRJ  
 Pós-Graduação em Recursos Naturais - UFMS  
 Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC  
 Pós-graduação em Serviço Social- UFPA  
 Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás - UEG